



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento 2011



Exposição dos Motivos



Proposta de Lei do OGE 2011



Anexo 1



Anexo 2A, 2B e 2C



Anexo 3



Carta da Ministra das Finanças sobre Transferências do Fundo Petrolífero



Relatório do Auditor Certificando RS



Relatório de Execução Orçamental até 12 de Novembro 2010

“Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Exposição de Motivos

Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011

Introdução

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 97.º e da alínea a) do número 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo propõe ao Parlamento Nacional a presente Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011.

A presente Proposta de Lei do OGE para 2011 engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste e cobre o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011.

Adeus Conflito, Bem-Vindo Desenvolvimento

O Orçamento de Estado para 2011 é coerente com as políticas e reformas que o IV Governo Constitucional tem implementado até agora, reflectidas de uma forma positiva pelos indicadores económicos e sociais de 2010, e estabelece a base fundamental para a continuidade e para a atracção de investimento, o qual é essencial para o desenvolvimento e crescimento de Timor-Leste de forma acelerada e sustentável.

Timor-Leste tem tido resultados louváveis e internacionalmente reconhecidos ao nível da redução da pobreza, em 9%, e ao nível do crescimento económico. A economia timorense, foi classificada em 2009 pelo Fundo Monetário Internacional como tendo apresentado a segunda taxa de crescimento mais elevada do Mundo (12.9%). Por isso, Timor-Leste é reconhecido como um “líder” e modelo para os países que renascem do conflito e fragilidade através de inovações e reformas internas e, foi nomeado, em Abril de 2010 como líder do g7+, um grupo de dezassete países frágeis, representando uma população de cerca de 320 milhões de pessoas, em situação de pós-conflito que pela primeira vez na história se juntam para trocar as suas experiências e influenciar a política global.

Todas estas vitórias foram possíveis porque existe uma boa liderança e governação e porque as reformas ao nível das políticas, do planeamento e da implementação, bem como o melhoramento das relações a nível global, foram um sucesso.

É neste caminho com rumo ao desenvolvimento que o IV Governo Constitucional pretende continuar e para isso tem de dar resposta a factores cruciais como a criação de emprego, pois neste momento o crescimento da mão-de-obra ultrapassa o crescimento de postos de trabalho nos sectores público e privado. A construção de uma economia sustentável, capaz de absorver a população activa e alcançar a redução da pobreza, representam um enorme desafio. A economia

nacional é dirigida pelo investimento público, no entanto, para um crescimento sustentável e a longo-prazo o investimento privado é crucial. O investimento privado pressupõe requisitos tais como: segurança e estabilidade política; infra-estruturas básicas ao desenvolvimento; mão-de-obra qualificada; quadro fiscal atractivo; segurança jurídica e leis sobre a propriedade das terras, entre outras. Nesta fase inicial de desenvolvimento, estes requisitos só poderão ser alcançados através do investimento público e das reformas legislativas.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico

O Governo está em fase final de elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico (2011-2030), que visa transformar Timor-Leste, um País de baixo rendimento, num País de médio-alto rendimento num espaço de 20 anos, assim como diversificar a economia, transformando, uma economia baseada no petróleo, numa economia não petrolífera, o qual implica um elevado financiamento na área das infra-estruturas e capital humano, dois pilares fundamentais na criação das condições básicas que permitem atrair o investimento privado e alcançar o crescimento e a sustentabilidade da economia.

No sentido de alcançar estes objectivos de forma eficaz e eficiente o Governo decidiu criar dois fundos. O Fundo das Infra-estruturas e o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.

Estes Fundos Especiais irão permitir a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico e serão administrados por um Conselho de Administração presidido pelo Primeiro-Ministro e composto pelos ministros relevantes. Uma das vantagens dos Fundos Especiais é a centralização da tomada de decisão, a qual irá assegurar melhor coordenação dos projectos entre ministérios e maior integração dos mesmos no Plano de Desenvolvimento Estratégico. O Conselho de Administração tem a competência de ordenar e determinar os projectos prioritários, com a capacidade de realinhar os mesmos para os ajustar face às mudanças de circunstâncias fora do seu controlo.

Será criada na dependência do Primeiro-Ministro, a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), composta por técnicos qualificados que irão controlar a qualidade dos projectos e assegurar que as especificações e custos dos mesmos são apropriados. A ADN terá também a missão de supervisionar e monitorizar a execução dos projectos, incluindo relatório de progresso trimestral ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional.

O Fundo das Infra-Estruturas

Este Fundo Especial é estabelecido nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, segue os procedimentos determinados por esta lei e é regulamentado por decreto-lei.

Esta iniciativa inovadora irá ajudar o Governo a ultrapassar muitas das dificuldades que até agora tem enfrentado na construção das infra-estruturas do País e constitui um instrumento único que permite a execução de contratos plurianuais de forma segura, eficiente e transparente.

O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano

O Governo em 2011 vai estabelecer o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano. Trata-se de um Fundo Especial, estabelecido nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, com as mesmas características do Fundo acima referido.

Este instrumento permite ao Governo assegurar uma forma de financiamento dos projectos plurianuais de formação de recursos humanos, aumentando a capacidade e formação dos profissionais dos sectores estratégicos de desenvolvimento, tais como: justiça, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, turismo, gestão petrolífera e financeira, entre outros.

Esta iniciativa permite ao Governo investir nos cidadãos de Timor-Leste, formando recursos humanos nacionais, essenciais para o desenvolvimento da Nação. Só com quadros técnicos nacionais qualificados, Timor-Leste pode desenvolver-se de forma sustentável e competir no contexto do desenvolvimento regional em que se integra.

Investir nas pessoas é investir no futuro do País.

Receitas Petrolíferas

Espera-se que as receitas petrolíferas continuem em alta em 2011 e 2012, devido à produção estável e à previsão positiva dos preços futuros do petróleo.

O total da Riqueza Petrolífera, que corresponde ao saldo do Fundo do Petróleo mais o valor actual bruto das receitas petrolíferas futuras está estimada em \$24,47 mil milhões, a 1 de Janeiro de 2011. A Riqueza Petrolífera estimada aumentou em \$7,82 mil milhões se comparada com os cálculos realizados no orçamento de 2010.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é de 3% da Riqueza Petrolífera. Desta forma, o RSE para o ano financeiro de 2011 é de \$734 milhões, o que representa um aumento de \$232 milhões.

Receitas Domésticas

Estima-se que as receitas não petrolíferas sejam de \$110 milhões em 2011, tendo aumentado relativamente aos valores estimados de 2010, de \$94,7 milhões. Em 2009 foi recolhido um total de \$90,8 milhões.

Tendo em conta o cenário fiscal de Timor-Leste, desde a reforma operada em 2008, o qual reduziu para um terço as taxas dos impostos, no sentido de criar condições mais atraentes ao investimento privado, assim como aumentou o limite do rendimento isento de impostos (\$100-\$500/mês) permitindo maior rendimento disponível, observa-se a tendência para um crescimento gradual das receitas fiscais, de \$43,6 milhões em 2009 para \$47,5 milhões em 2010 e uma previsão de \$64,9 milhões para 2011, o qual reflecte uma melhor administração fiscal e um aumento dos contribuintes.

Despesas orçamentadas no Orçamento Geral do Estado para 2011

Salários e Vencimentos

O total do orçamento para salários e vencimentos, é de \$115,9 milhões em 2011, apresentando desta forma um aumento de \$16,6 milhões em relação a 2010, que foi de \$99,3 milhões.

As principais medidas nesta categoria são:

- Transformação das despesas de deslocação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, orçamentadas em Bens e Serviços, em subsídios de representação pagos na categoria de salários e vencimentos (\$9 milhões);
- Salários dos profissionais de educação, o qual inclui o novo regime de carreiras para os professores do Ministério da Educação (\$7 milhões);
- Recrutamentos para a PNLT e F-FDTL (\$0,65 milhões).

Bens e Serviços

O total orçamentado para esta categoria é de \$270,5 milhões dos quais \$25 milhões correspondem ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

As principais medidas nesta categoria incluem entre outras:

- Combustível, incluindo EDTL (\$48 milhões);
- Serviços profissionais e assistência técnica na área jurídica, educação, gestão petrolífera e financeira, aprovisionamento, negócios estrangeiros, turismo, prevenção de conflito e controlo de qualidade (\$32 milhões).

Transferências

O total orçamentado para esta categoria é de \$164,5 milhões. O Governo pretende continuar com os pagamentos a entidades que prosseguem o interesse público, nos termos da lei e com os subsídios a idosos e inválidos, bem como com os pagamentos aos veteranos.

As principais medidas nesta categoria, incluem entres outras:

- Desmobilização dos ex-FALINTIL (\$7,5 milhões);
- Operações e subsídios para capacitação da administração local (\$3,5 milhões);
- Capitalização do IMFTL (\$3,4 milhões);
- Tratamento médico no estrangeiro (\$3 milhões) e retorno dos estudantes de medicina de Cuba (\$1,5 milhões);
- Capitalização da Companhia Nacional de Petróleo de Timor-Leste (\$2 milhões);
- Continuação do Programa de Desenvolvimento Descentralizado (\$11 milhões).

Capital Menor

As despesas desta categoria foram reduzidas para \$28,3 milhões, comparado com 2010 (\$39,9 milhões).

As principais medidas nesta categoria, incluem entre outras:

- Compra de dois barcos patrulha para a Segurança e Defesa do País, ambulâncias, Bancas Móveis, meios de transporte para monitorização do ensino escolar nas áreas rurais, assistir o STAE para preparação das eleições de 2012 e para fortalecer a administração local na supervisão e monitorização dos projectos rurais (\$12 milhões);
- Equipamentos para escolas técnico-profissionais e laboratórios (\$1,1 milhão);
- Suporte da passagem da responsabilidade da UNPOL para a PNTL (\$0,7 milhões);

Capital de Desenvolvimento

O Governo propõe \$405,9 milhões para esta categoria, dos quais \$317,3 milhões são afectos ao Fundo das Infra-estruturas. O Governo pretende continuar a implementar e desenvolver os programas que foram um sucesso em 2010, tal o Programa de Desenvolvimento Descentralizado.

As principais medidas nesta categoria incluem entre outras:

- Programa dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDG's Suco), de cinco anos, o qual irá providenciar anualmente 11.140 casas, incluindo água, saneamento e electricidade em 2.228 aldeias (\$65 milhões);
- Programas de Desenvolvimento Descentralizado a nível dos sub-distritos, sucos e aldeias (\$15,5 milhões), assim como a nível distrital (\$28,8 milhões);
- Continuação da construção da central eléctrica e linhas de transmissão (\$166 milhões);
- Programa de Desenvolvimento Tasi Mane (\$36 milhões).

Aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Novembro de 2010.

O Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças

Emília Pires



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Proposta de Lei n.

Dede.....

Aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011

O Orçamento Geral do Estado para 2011, engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011, doravante designado OGE, estabelece o total estimado das receitas do OGE de Janeiro a Dezembro de 2011 derivadas de todas as fontes petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais. O total estimado de receitas de todas as fontes é de \$2,398 mil milhões de dólares norte-americanos.

O Anexo II à Lei do Orçamento de Estado estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. \$115,909 milhões de dólares norte-americanos para Salários e Vencimentos;
2. \$270,459 milhões de dólares norte-americanos para Bens e Serviços, dos quais \$25 milhões são afectos ao Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano;
3. \$164,456 milhões de dólares norte-americanos para Transferências Públicas;
4. \$28,252 milhões de dólares norte-americanos para Capital Menor; e
5. \$405,924 milhões de dólares norte-americanos para Capital de Desenvolvimento, dos quais \$317,306 milhões são afectos ao Fundo das Infra-estruturas.

O total das dotações orçamentais é assim de \$985 milhões de dólares norte-americanos, dos quais \$317,306 milhões são afectos ao Fundo das Infra-Estruturas e \$25 ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, o total das dotações orçamentais para o OGE é de \$934,740 milhões de dólares norte-americanos.

O total das estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos em 2011, é de \$50,261 milhões de dólares norte-americanos, do qual \$31,361 milhões de dólares norte-americanos são transferidos a partir do OGE, a fim de subsidiar despesas superiores às suas receitas previstas.

O total estimado de despesas do OGE é de \$985 milhões de dólares norte-americanos, estando as receitas não petrolíferas estimadas em \$110 milhões de dólares norte-americanos, incluindo as receitas dos serviços e fundos autónomos. O défice fiscal não petrolífero é de \$875 milhões de dólares norte-americanos, dos quais \$734 milhões de dólares norte-americanos serão financiados a partir do Fundo Petrolífero e \$141 milhões de dólares norte-americanos do Fundo Consolidado de Timor-Leste.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

Capítulo I

Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente Lei, entende-se por:

- a) **"Categoria de Despesa"** – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes: Salários e Vencimentos; Bens e Serviços; Transferências Públicas; Capital Menor e Capital de Desenvolvimento, em que:
 - i) **"Salários e Vencimentos"** – O montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e em tempo parcial;

- ii) **"Bens e Serviços"** – O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;
 - iii) **"Transferências Públicas"** – O montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
 - iv) **"Capital Menor"** – O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;
 - v) **"Capital de Desenvolvimento"** – O montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento.
- b) **"Despesas Compensadas pelas Receitas"** – Despesas suportadas pelas *receitas próprias* cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;
 - c) **"Dotação Orçamental"** – Montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;
 - d) **"Órgão / Órgãos"** – O termo genérico adoptado no Orçamento para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos tais como: Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República.
 - e) **"Rubricas de Despesa"** – As Rubricas de despesa individuais dentro de cada *Categoria de Despesa*, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

Artigo 2.º

Aprovação

A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, bem como:

- a) Total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, constantes do Anexo I ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

- b) Total de despesas por agrupamentos, incluindo os Fundos Especiais e as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos, em 2011, constantes do Anexo II ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;
- c) Total de despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do subsídio do Orçamento Geral do Estado, constantes do Anexo III ao presente diploma, dele fazendo parte integrante.

Capítulo II

Receitas

Artigo 3.º

Receitas

Em 2011, o Governo está autorizado a cobrar impostos bem como outras imposições tributárias estabelecidas na lei.

Capítulo III

Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º

Limite autorizado para crédito do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2011 não excede \$734 milhões de dólares norte-americanos e só se efectua após cumprimento do disposto nos artigos 8.º e 9.º da supracitada lei.

Capítulo IV

Execução Orçamental

Artigo 5.º

Pagamento de impostos sobre importações do Governo

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 6.º

Dotações para todo o Governo

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento do Ministério das Finanças as seguintes dotações, cuja gestão fica a seu cargo:

- a) Fundo de Contrapartidas;
- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Fundo para Viagens ao Estrangeiro;
- e) Quotas de Membro de Organizações Internacionais;
- f) Financiamento Retroactivo;
- g) Pagamento de pensões aos ex-titulares e ex-membros dos Órgãos de Soberania;
- h) Construção de Postos Integrados na Fronteira;
- i) Novo Organismo para a Implementação das Recomendações do CAVR.

Artigo 7.º

Reserva de Contingência

Compete ao Primeiro-Ministro, após parecer da Ministra das Finanças, decidir em relação à transferência de recursos a partir da Reserva de Contingência para os diferentes Órgãos.

Capítulo V

Serviços e fundos autónomos

Artigo 8.º

Receitas Próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2. As despesas resultantes das transferências a partir do Governo para os fundos autónomos, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.

3. Os orçamentos por Categoria de Despesa relativos aos serviços e fundos autónomos que são financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado, das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VI

Fundos Especiais

Artigo 9.º

Fundo das Infra-estruturas e Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

1. Nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, o Governo fica autorizado a estabelecer o Fundo das Infra-Estruturas e o Fundo para o Desenvolvimento do Capital Humano.
2. O Fundo das Infra-estruturas destina-se a financiar projectos estratégicos destinados a aquisições, construções e desenvolvimento de:
 - a) Infra-estruturas rodoviárias, incluindo estradas, pontes, portos e aeroportos;
 - b) Geradores de energia e linhas de distribuição;
 - c) Telecomunicações;
 - d) Infra-estruturas que promovam a protecção de cheias;
 - e) Instalações de tratamento de água e saneamento;
 - f) Instalações logísticas, incluindo infra-estruturas de armazenamento;
 - g) Edifícios governamentais, incluindo instalações de saúde e de educação; e
 - h) Outras infra-estruturas que promovam o desenvolvimento estratégico.
3. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano destina-se ao financiamento de projectos e programas de formação dos Recursos Humanos, nomeadamente programas destinados a aumentar a formação dos profissionais timorenses em sectores estratégicos de desenvolvimento tais como a justiça, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, turismo, gestão petrolífera e gestão financeira, entre outros, que incluam actividades e acções a realizar em Timor-Leste e a participação de

cidadãos timorenses em formações fora do país, incluindo bolsas de estudo para cursos universitários e de pós-graduação.

4. Os Fundos mencionados nos números anteriores são regulamentados por decreto-lei.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 10.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente Lei, mediante parecer prévio obrigatório da Ministra das Finanças.
2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia 1 de Fevereiro de 2011, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

Aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Novembro de 2010.

O Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças

Emília Pires

Anexo I

**Estimativa das Receitas a Serem Cobradas em Orçamento Geral do Estado da República
Democrática de Timor-Leste para 2011
(US\$ milhões)**

1.	Total das Receitas	2,398.1
1.1.	Receitas Petrolíferas	2,288.0
1.1.1.	Impostos sobre lucros petrolíferos	1057.0
1.1.2.	Direitos do Mar de Timor	147.0
1.1.3.	Impostos sobre Rendimento	355.0
1.1.4.	Impostos sobre Lucros Adicionais	395.0
1.1.5.	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	38.0
1.1.6.	Juros do Fundo Petrolífero	296.0
1.2.	Receitas Não Petrolíferas	91.2
1.2.1.	Impostos Directos	22.3
1.2.2.	Impostos Indirectos	42.6
1.2.3.	Outras Receitas e Taxas	26.2
1.2.4.	Juros da Conta do Tesouro	0.1
1.3	Doações	0.0
1.4	Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos	18.9

Annex II-A - Dotação Orçamental para 2011 (\$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Incluindo Agências Autônomas	115,909	245,459	164,456	28,252	88,618	642,694
Excluindo Agências Autônomas	113,918	198,924	164,456	27,718	87,418	592,434
Presidente da República	500	5,471	-	300	-	6,271
Gabinete do Presidente da República	60	2,951	-	-	-	3,011
Administração da Presidência da República	440	1,235	-	300	-	1,975
Assessoria Geral do Presidente da Republica	-	1,015	-	-	-	1,015
Secretariado Técnico Post CAVR	-	270	-	-	-	270
Parlamento Nacional	3,891	7,845	-	711	-	12,447
Parlamento Nacional	3,001	1,430	-	-	-	4,431
Gabinete do Presidente do Parlamento	63	475	-	-	-	538
Bancadas Parlamentares	-	112	-	-	-	112
Secretariado do Parlamento Nacional	827	4,161	-	694	-	5,682
Comissão A	-	142	-	-	-	142
Comissão B	-	147	-	-	-	147
Comissão C	-	144	-	-	-	144
Comissão D	-	117	-	-	-	117
Comissão E	-	144	-	-	-	144
Comissão F	-	136	-	-	-	136
Comissão G	-	141	-	-	-	141
Comissão H	-	92	-	-	-	92
Comissão I	-	61	-	-	-	61
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	413	-	17	-	430
Grupo Mulheres Parlamentar do Timor Leste	-	130	-	-	-	130
Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	3,008	17,130	21,046	974	29,880	72,038
Premeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros (CoM)	950	9,767	9,450	481	28,811	49,459
Gabinete do Primeiro Ministro	66	-	-	-	-	66
Secretariado do Primeiro Ministro	25	831	-	-	-	856
Direcção de Administração e Finanças	78	1,018	-	121	-	1,217
Direcção dos Recursos Humanos	93	9	-	-	-	102
Residencia Official do Primeiro Ministro	-	51	-	-	-	51

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Director Geral	16	6	-	-	-	22
Gabinete dos Vice Primeiros Ministros	186	726	9,450	-	-	10,362
Agencia do Desenvolvimento Nacional (ADN)	-	3,500	-	-	28,811	32,311
Commissao Nacional de Aprovisionamento (CNA)	-	2,000	-	-	-	2,000
Servico Nacional de Inteligencia (SNI)	179	960	-	270	-	1,409
Gabinete da Inspeção-Geral (IG)	307	666	-	90	-	1,063
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	306	3,066	-	87	-	3,459
Gabinete do Secretário de Estado	70	689	-	3	-	762
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho do Ministros	91	1,029	-	1	-	1,121
Direcção Nacional dos Servicos de Tradução	51	44	-	30	-	125
Unidade de Apoio Juridico	17	534	-	-	-	551
Direcção de Disseminação de Informação	35	504	-	23	-	562
Centro da Rádio Communitaria	21	56	-	30	-	107
Gabinete de Assuntos Parlamentares	21	210	-	-	-	231
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	373	467	4,338	72	971	6,221
Gabinete do Secretario de Estado	64	45	-	-	-	109
Direcção de Administração e Finanças	148	335	126	72	971	1,652
Direcção Nacional da Juventude	25	-	375	-	-	400
Direcção da Educação Física e Desporto	19	40	3,382	-	-	3,441
Direcção da Política do Desenvolvimento	34	-	300	-	-	334
Direcção Nacional de Arte	26	-	155	-	-	181
Gabinete do Director Geral	9	1	-	-	-	10
Direcção de Comunicação	48	46	-	-	-	94
Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	220	1,989	4,300	146	-	6,655
Gabinete do Secretário de Estado	52	795	-	-	-	847
Direcção Nacional de Administração e Finanças	75	321	-	146	-	542
Direcção Nacional de Planeamento de Recursos Naturais	41	90	4,300	-	-	4,431
Direcção Nacional de Minerais	52	783	-	-	-	835
Secretaria de Estado para a Política Energética	181	537	1,963	60	-	2,741
Gabinete do Secretário de Estado	57	64	-	-	-	121
Direcção Nacional de Administração e Finanças	61	123	-	60	-	244
Direcção Nacional da Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa	30	27	-	-	-	57

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	33	30	496	-	-	559
Grupo de Acção (Task Force) Para a Instalação de Paine Solar	-	293	1,467	-	-	1,760
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	773	687	895	81	98	2,534
Gabinete do Secretário de Estado	85	267	-	25	-	377
Direcção Nacional de Administração e Finanças	195	72	-	14	98	379
Direcção Nacional da Formação Profissional	47	28	-	3	-	78
Direcção Nacional de Emprego	88	91	895	-	-	1,074
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	91	58	-	6	-	155
Direcção Nacional da Inspeção do Trabalho	65	47	-	30	-	142
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	36	28	-	3	-	67
Gabinete de Assistencia Juridica	9	13	-	-	-	22
Instituto Nacional do Desenvolvimento de mão de obra	9	22	-	-	-	31
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	9	12	-	-	-	21
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	79	22	-	-	-	101
Centro Formação SENAI	60	27	-	-	-	87
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	205	617	100	47	-	969
Gabinete da Secretária de Estado	57	69	-	-	-	126
Gabinete do Director Geral	26	61	-	-	-	87
Direcção da Administração, Logística e Finanças	68	330	100	47	-	545
Direcção de Política e Desenvolvimento do Género	54	157	-	-	-	211
Ministério da Defesa e Segurança	19,856	23,367	325	5,581	1,944	51,073
Ministro da Defesa e Seguranca	52	1,306	-	3,388	-	4,746
Gabinete do Ministro	52	1,306	-	3,388	-	4,746
Secretaria de Estado da Defesa	207	489	325	32	-	1,053
Gabinete do Secretário de Estado	49	279	325	-	-	653
Direcção Nacional de Administração e Financas da Defesa	41	202	-	32	-	275
Direcção Nacional de Planeamento e Intercambio Internacional	36	2	-	-	-	38
Direcção Nacional de Aproveionamento	39	2	-	-	-	41
Direcção Nacional do Patrimonio	17	2	-	-	-	19
Gabinete do Director Geral	25	2	-	-	-	27
FALINTIL- Forcas de Defesa Timor Leste	5,336	13,183	-	1,500	1,500	21,519
FALINTIL-Forcas de defesa Timor Leste	-	11,227	-	1,500	1,500	14,227
Quarter Geral F-FDTL	5,336	1,956	-	-	-	7,292

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Secretária de Estado de Seguranca	2,732	2,469	-	551	-	5,752
Gabinete do Secretário de Estado	57	84	-	-	-	141
Gabinete do Director Geral	31	24	-	-	-	55
Direcção Nacional das Financas	75	28	-	-	-	103
Direcção Nacional de Protecção Civil	718	519	-	416	-	1,653
Direcção Nacional de Seguranca de Edificios Publicos	1,565	550	-	-	-	2,115
Gabinete de Inspeção e Auditoria	48	26	-	-	-	74
Direcção Nacional de Administração	72	553	-	40	-	665
Direcção Nacional Prevenção de Conflitos Comunitarios	78	65	-	-	-	143
Direcção Nacional de Aproveitamento	52	31	-	-	-	83
Serviços de Migração - Civil	36	589	-	95	-	720
Policia Nacional Timor-Leste	11,529	5,920	-	110	444	18,003
PNTL-Direcção Nacional de Administração e Financas	951	1,100	-	110	444	2,605
PNTL-Unidade Especial da Policia	1,523	1,125	-	-	-	2,648
PNTL-Servicos de Migracao	310	-	-	-	-	310
PNTL-Unida de Patulhamento das Fronteiras	857	504	-	-	-	1,361
PNTL-Unidade Maritima	215	296	-	-	-	511
PNTL-Comando Nacional de Operacoes	982	891	-	-	-	1,873
PNTL-Centro da Formação da Policia	345	769	-	-	-	1,114
Regiao I	2,541	590	-	-	-	3,131
Regiao II	1,874	335	-	-	-	2,209
Regiao III	1,533	249	-	-	-	1,782
Serviços de Migração - Civil	398	61	-	-	-	459
Ministério dos Negócios Estrangeiros	9,879	5,653	2,050	838	-	18,420
Gabinete do Ministro	-	25	-	-	-	25
Sede no MNEC	9,879	4,281	2,050	625	-	16,835
Gabinete do Vice Ministro	-	30	-	-	-	30
Missão Permanente Nova Iorque	-	40	-	-	-	40
Embaixada - Lisboa	-	42	-	-	-	42
Embaixada - Jakarta	-	46	-	-	-	46
Embaixada - Washington	-	62	-	-	-	62
Embaixada - Camberra	-	60	-	12	-	72
Embaixada - Kuala Lumpur	-	33	-	-	-	33
Embaixada - Bruxelas	-	40	-	-	-	40
Embaixada - Bangucoque	-	33	-	28	-	61

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Tóquio	-	40	-	-	-	40
Embaixada - Pequim	-	36	-	45	-	81
Embaixada - Maputo	-	40	-	-	-	40
Consulado - Sidney	-	26	-	-	-	26
Consulado - Denpasar	-	28	-	-	-	28
Consulado - Kupang	-	31	-	50	-	81
Demarcação da Fronteira Terrestre	-	210	-	-	-	210
Embaixada - Havana	-	35	-	-	-	35
Embaixada - Manila	-	33	-	40	-	73
Embaixada - Genebra	-	46	-	3	-	49
Visitas Oficiais	-	200	-	-	-	200
Embaixada - Vaticano	-	35	-	-	-	35
Embaixada - Brasília	-	41	-	-	-	41
Embaixada - Seoul	-	30	-	-	-	30
Embaixada - CPLP/Unesco	-	28	-	-	-	28
Embaixada Pretoria	-	20	-	-	-	20
Embaixada Luanda	-	45	-	-	-	45
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	37	-	35	-	72
Ministério das Finanças	2,938	7,306	-	1,707	1,900	13,851
Gabinetes da Ministra e do Vice-Ministro	177	1,044	-	-	-	1,221
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	223	5,169	-	1,707	1,900	8,999
Direcção-Geral das Finanças do Estado	851	254	-	-	-	1,105
Direcção-Geral das Receitas e Alfândegas	1,158	646	-	-	-	1,804
Direcção-Geral de Análise e Pesquisa	529	193	-	-	-	722
Dotações para todo o Governo	50	34,003	2,700	2,664	3,044	42,461
DTG-Fundos de Contrapartidas	-	2,600	-	-	-	2,600
DTG-Auditoria Externa	-	1,500	-	-	-	1,500
DTG-Financiamento Retroactivo	-	200	-	-	-	200
DTG-Reserva de Contingência	-	27,000	-	-	-	27,000
DTG-Fundo de Viagens ao Estrangeiro	-	655	-	-	-	655
DTG-Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	845	-	-	-	845
DTG-Pensão aos Ex-Titulares	-	1,003	2,700	123	344	4,170
Construção de Postos Integrado	-	-	-	2,541	2,700	5,241
Agencia Desenvolvimento Nacional	50	200	-	-	-	250

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério da Justiça	2,513	4,689	-	667	-	7,869
Gabinete da Ministra	66	27	-	-	-	93
Gabinete do Director Geral	23	13	-	1	-	37
Direcção Nacional de Administração e Financas	379	1,689	-	307	-	2,375
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	90	78	-	7	-	175
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	84	119	-	3	-	206
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	412	974	-	194	-	1,580
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	469	652	-	34	-	1,155
Centro de Formação Jurídica	32	216	-	23	-	271
Defensoria Pública	432	141	-	39	-	612
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	431	634	-	29	-	1,094
Comissão Nacional dos Direitos de Criança	23	80	-	8	-	111
Gabinete de Inspeção e de Auditoria	16	40	-	22	-	78
Gabinete do Vice Ministro	56	26	-	-	-	82
Ministério da Saúde	10,778	15,148	10,345	1,643	-	37,914
Gabinete do Ministro	68	95	-	-	-	163
Gabinete da Vice Ministra	61	98	-	-	-	159
Laboratório Nacional	228	543	-	22	-	793
Hospital Nacional Guido Valadares	1,694	2,099	3,125	-	-	6,918
Hospital Referê_ncia Baucau	583	1,042	-	-	-	1,625
Hospital Referê_ncia Maliana	411	507	-	-	-	918
Hospital Referê_ncia Maubisse	354	500	-	-	-	854
Hospital Referê_ncia Oecusse	383	622	-	-	-	1,005
Hospital Referê_ncia Suai	386	498	-	-	-	884
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	308	242	-	-	-	550
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	313	235	-	-	-	548
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	450	265	-	-	-	715
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	343	234	-	-	-	577
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	386	281	-	-	-	667
Serviços Distritais de Saúde de Dili	535	323	-	-	-	858
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	395	228	-	-	-	623
Serviços Distritais de Saúde de Lautem	390	255	-	-	-	645
Serviços Distritais de Saúde de Liquiça	281	218	-	-	-	499
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	397	249	-	-	-	646
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	346	235	-	-	-	581

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto de Ciências da Saúde	185	141	-	12	-	338
Serviços Distritais de Saúde de Oecusse	294	221	-	-	-	515
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	410	246	-	-	-	656
Gabinete do Director Geral	218	400	-	4	-	622
DN-Plano e Financas	170	3,342	127	139	-	3,778
DN-Saude Comunitaria	202	324	6,000	2	-	6,528
DN-Recursos Humanos	409	351	868	-	-	1,628
DN-Servicos Hospital	183	780	225	-	-	1,188
DN-de Administração Logística e Aprovisionamento	229	501	-	1,450	-	2,180
Gabinete de Inspeção Fiscalização e Auditoria	166	73	-	14	-	253
Ministério Educação e Cultura	42,579	22,990	-	3,920	650	70,139
Gabinete do Ministro	67	132	-	-	-	199
Gabinete do Vice Ministro	57	97	-	-	-	154
Gabinete do Inspector - Geral	88	212	-	-	-	300
Direcção Nacional de Financas e Logistica	241	2,662	-	1,080	-	3,983
Direcção Nacioanl do Plano, Estatisticas e Tecnologias de Informação	164	137	-	-	-	301
Universidade Nacional de Timor Leste	3,075	1,840	-	1,440	-	6,355
Unidade de Infraestruturas e Manutencao dos equipamentos da Educação	-	-	-	-	650	650
Gabinete Juridico	2	100	-	-	-	102
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	196	1,304	-	-	-	1,500
Instituto Nacional de Formação de Dosentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	420	4,432	-	-	-	4,852
Gabinete de Protocolo e Media	61	282	-	400	-	743
Direcção Nacional do Curriculo e avaliacao Escolar	120	2,906	-	-	-	3,026
Direcção Regional-I	422	118	-	-	-	540
Direcção Regional-II	318	98	-	-	-	416
Direcção Regional-III	316	101	-	-	-	417
Direcção Regional-IV	353	105	-	-	-	458
Direcção Regional Oecusse	157	92	-	-	-	249
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	174	90	-	-	-	264
Direcção Geral dos Servicos Corporativos	91	57	-	-	-	148
Direcção Geral de Administracao Escolar, Inovacao e Desenvolvimento Curricular	15	39	-	-	-	54
Direcção Geral do Ensino Superior	29	30	-	-	-	59
Direcção Nacional de Aprovisionamento	-	12	-	-	-	12

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional do Ensino Superior universitario	115	755	-	-	-	870
Direcção Nacional do Ensino Superior Tecnico	-	7	-	-	-	7
Direcção Nacional de Desenvolvimento da Ciencias e Tecnologias	-	20	-	-	-	20
Direcção Nacioanl de Accao Social Escolar	-	2,812	-	-	-	2,812
Direcção Nacional de Educacao Pre-Escolar	-	194	-	-	-	194
Direcção Nacional do Ensino Basico	30,331	2,797	-	-	-	33,128
Direcção Nacional do Ensino Secundario Geral	4,278	181	-	500	-	4,959
Direcção Nacional do Ensino Secundario Tecnico Vocacional	1,178	151	-	500	-	1,829
Agencia Nacional para Avalicao e Acreditacao Academica (ANAAA)	-	250	-	-	-	250
Servicos Distritais de Educacao de Dili	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Baucau	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Aileu	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Ainaro	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Bobonaro	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Ermera	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Lautem	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Liquica	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Manatuto	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Manufahi	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Covalima	-	13	-	-	-	13
Servicos Distritais de Educacao de Viqueque	-	13	-	-	-	13
Direccao Nacional Museus e Biblioteca	82	278	-	-	-	360
Direcção Nacional do Patrimonio Cultural	75	64	-	-	-	139
Direcção Nacional de artes, Cultura e Industrias creativas culturais	53	287	-	-	-	340
Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	58	59	-	-	-	117
Direcção Geral da Cultura	43	133	-	-	-	176
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Territorio	2,939	4,791	19,580	2,915	16,802	47,027
Gabinete do Ministro	67	43	-	-	-	110
Gráfica Nacional	58	130	-	-	-	188
Arquivo Nacional	65	47	-	-	-	112
Instituto Nacional Administração Pública	152	80	-	-	-	232
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	354	650	-	-	-	1,004
Gabinete do Secretario de Estado da Reforma Administrativa	55	86	-	-	-	141
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e Ordenamento do Territorio	83	161	-	-	-	244
Programa do Desenvolvimento Local	-	120	3,500	-	-	3,620

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Pacote de Desenvolvimento Descentralizado I	-	-	11,094	-	15,521	26,615
Gabinete do Secretario de Estado da Região Especial de Oecusse	71	103	-	-	-	174
Gabinete do Director-Geral	26	20	-	-	-	46
Direcção Nacional da Administração e Finanças	191	1,608	-	2,915	1,281	5,995
Direcção Nacional da Administracao Local	83	70	-	-	-	153
Administração Distrito Manufahi	66	60	318	-	-	444
Administração Distrito de Viqueque	88	61	454	-	-	603
Administração Distrito Lautem	68	61	363	-	-	492
Administração Distrito Manatuto	84	61	278	-	-	423
Administração Distrito Covalima	103	61	334	-	-	498
Administração Distrito Ainaro	72	59	263	-	-	394
Administração Distrito Aileu	66	59	331	-	-	456
Administração Distrito Ermera	89	61	599	-	-	749
Administração Distrito Liquiça	60	52	278	-	-	390
Gabinete do Inspector Geral	25	21	-	-	-	46
Administração Distrito Dili	652	819	435	-	-	1,906
Administração Distrito Bobonaro	104	61	503	-	-	668
Administração Distrito Baucau	105	49	654	-	-	808
Administração Distrito Oecusse	96	59	174	-	-	329
Direcção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	56	127	-	-	-	183
Ministério da Economia e Desenvolvimento	1,459	1,592	4,659	334	600	8,644
Gabinete do Ministro	68	61	-	-	-	129
Gabinete do Inspecção Auditoria do Ministerio	33	32	-	2	-	67
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	299	173	158	34	-	664
Instituto para a Promoção de Investimento e Exportação	16	342	120	19	-	497
Gabinete do Vice Ministro	59	36	-	-	-	95
Direcção Nacional de Pesquisa e Planeamento para o Desenvolvimento Nacional	58	59	-	8	-	125
Gabinete do Secretario de Estado do Meio Ambiente	54	32	-	-	-	86
Direcção Nacional do Meio Ambiente	221	104	300	87	-	712
Direcção Nacional para Assuntos Ambientais Internacionais	44	45	-	-	-	89
Gabinete do Secretario de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas	54	23	-	-	-	77
Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	299	96	300	1	600	1,296
Direcção Nacional das Cooperativas	125	61	300	-	-	486
Gabinete do Director Geral	33	121	-	-	-	154

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	79	385	3,481	181	-	4,126
Departamento do Aprovisionamento	17	22	-	2	-	41
Ministério da Solidariedade Social	1,565	2,991	99,706	416	-	104,678
Gabinete da Ministra	65	46	-	-	-	111
Inspecção e Auditoria Interna	33	65	-	-	-	98
Gabinete do Director Geral	42	33	-	-	-	75
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	424	1,148	-	213	-	1,785
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	54	426	-	-	-	480
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	219	263	67,776	5	-	68,263
Gabinete do Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais	53	45	-	-	-	98
Direcção Nacional da Assistencia Social	141	390	450	50	-	1,031
Direcção Nacional de Reinserção Social	263	246	2,362	20	-	2,891
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	111	214	1,000	34	-	1,359
Secretario do Estado da Segurança Social	53	35	-	-	-	88
Direcção Nacional da Segurança Social	107	80	28,118	94	-	28,399
Ministério das Infra-Estruturas Incluindo Agências Autónomas	4,611	55,435	945	1,364	29,783	92,138
Ministério das Infra-Estruturas Excluindo Agências Autónomas	2,620	8,901	945	830	28,583	41,879
Gabinete do Ministro	62	40	-	-	-	102
Gabinete do Director Geral	16	11	-	14	-	41
Autoridade Reguladora das Comunicações	67	68	-	11	-	146
Direcção dos Servicos Transportes Marítimos	54	46	-	-	-	100
Direcção Meteorologia e Geofísica	47	45	-	-	-	92
Direcção Nacional Informatica Tecnologia	103	101	-	20	-	224
Direcção Nacional Administração e das Finanças	96	762	-	4	-	862
Direcção Nacional Transporte Terrestres	276	330	-	-	-	606
Direcção Nacional dos Correios de Timor-Leste	77	376	-	19	-	472
Autoridade da Aviação Civil deTimor-Leste	36	233	-	369	-	638
Administração de Aeroportos e Navegação Aerea de Timor Leste (Agencia Auto Financiada)	251	271	-	12	-	534
Autoridade Portuaria de timor Leste (Agencia Auto Financiada)	87	163	-	-	-	250
Instituto Publico de Gestão de Equipmentos (Agencia Auto Financiada)	653	613	-	52	-	1,318
Operações do Berlin - Nakroma	-	1,941	-	-	-	1,941

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretario de Estado para Eletricidade, Agua e Urbanização	55	21	-	1	-	77
Gabinete do Director Geral	4	9	-	1	-	14
Direcção Geral dos Servicos Cooperativos	60	3,040	-	12	-	3,112
Direcção Nacional de Gestao dos Recursos de Agua	20	38	-	5	-	63
Direcção Nacional de Servicos de Águas e Saneamento	538	735	945	43	2,758	5,019
Electricidade de Timor-Leste EDTL (Agencia Auto Financiada)	1,000	45,488	-	471	1,200	48,159
Tecnicos EDTL para Acompanhamento do Projeto da Central Electrica	-	7	-	-	-	7
Gabinete do Secretario de Estado das Obras Públicas	51	20	-	3	-	74
Gabinete do Director -Geral	21	13	-	11	-	45
Direcção Nacional Administração e Finanças	111	441	-	19	-	571
Direcção Nacional de Edificação,Habitação e Planeamento Urbano	290	199	-	36	-	525
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	92	185	-	187	-	464
Direcção Nacional de Estradas,Pontes e Controlo de Cheias	488	197	-	76	25,825	26,586
Gabinete Vice Ministro das Infra- Estruturas	57	45	-	-	-	102
Ministério do Turismo, Comercio e Industria	916	22,400	1,600	653	1,640	27,209
Gabinete do Ministro	67	394	-	-	-	461
Gabinete de Auditoria Interna	34	29	-	-	-	63
Gabinete do Director Geral	60	250	-	22	-	332
Direcção Nacional de Administração e Finanças	75	959	250	335	1,640	3,259
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	44	121	-	177	-	342
Direcção Nacional do Comércio Externo	183	217	-	14	-	414
Direcção Nacional de Comércio Doméstico	66	5,344	-	28	-	5,438
Direcção Nacional da Indústria	86	150	200	19	-	455
Inspecção Alimentar e Economica	73	95	-	25	-	193
Inspecção Geral dos Jogos	49	152	-	5	-	206
Gabinete do Secretario de Estado para o Turismo	55	14	-	-	-	69
Direcção Nacional do Turismo	60	554	1,150	5	-	1,769
Fundo Seguransa Alimentar	64	14,121	-	23	-	14,208
Ministério Agricultura e Pescas	4,671	6,720	500	1,018	-	12,909
Gabinete do Ministro	67	35	-	-	-	102
Gabinete do Jurídico	27	8	-	-	-	35
Inspecção e Auditoria	16	14	-	6	-	36
Gabinete do Protocolo e Comunicação Social	18	8	-	-	-	26

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Administração e Financas	196	590	-	25	-	811
Direcção Nacional de Pesquisa e serviços especiais	243	109	-	16	-	368
Direcção Nacional de Quarentena e Bioseguranca	226	98	-	69	-	393
Direcção Nacional de Formação Tecnica Agricola	361	195	-	47	-	603
Direcção Nacional de Política e Planamento	108	123	-	50	-	281
Gabinete do Director Geral	20	15	-	-	-	35
Gabinete do Secretario do Estado de Agricultura e Arboricultura	57	26	-	-	-	83
Direcção Nacional Agricultura e Horticultura	152	2,718	-	299	-	3,169
Direcção Nacional de Plantas, Industria e agro-comercio	134	253	-	16	-	403
Direcção Nacional de Florestas	201	176	-	74	-	451
Direcção Nacional de Irrigação e Gestao Utilização de Água	137	394	-	11	-	542
Gabinete do Secretario de Estado das Pescas	57	15	-	-	-	72
Direcção Nacional Pescas e Agricultura	324	536	-	233	-	1,093
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuaria	55	26	-	-	-	81
Direcção Nacional de Pecuaria e Veterinaria	131	606	-	61	-	798
Direcção Nacional de apoio ao Desenvolvimento Comunitaria Agricola	113	274	500	45	-	932
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	117	37	-	20	-	174
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	133	50	-	20	-	203
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	207	48	-	-	-	255
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	225	42	-	2	-	269
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	189	49	-	2	-	240
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	141	45	-	19	-	205
Serviços de Agricultura do Distrito Liquicá	125	32	-	2	-	159
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	165	45	-	2	-	212
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	163	35	-	-	-	198
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	173	31	-	-	-	204
Serviços de Agricultura do Distrito Oecusse	203	43	-	-	-	246
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	187	44	-	-	-	231
Tribunais	590	1,717	-	249	-	2,556
Conselho Superior de Magistratura Judicial	4	8	-	10	-	22
Tribunal de Recurso	379	1,540	-	31	-	1,950
Tribunais Distritais	207	169	-	208	-	584
Procuradoria Geral da República	699	1,349	-	1,019	2,360	5,427
Procuradoria-Geral da República	571	1,223	-	1,019	2,360	5,173

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Procuradoria Distrital de Baucau	55	52	-	-	-	107
Procuradoria Distrital de Suai	38	37	-	-	-	75
Procuradoria Distrital de Oecusse	35	37	-	-	-	72
Provedoria dos Direitos Humanos e Justica	414	520	-	214	-	1,148
Provedoria dos Direitos Humanos	414	520	-	214	-	1,148
Servico Publico de Radiodifusão,Televisao de Timor-Leste	659	1,687	-	421	15	2,782
Direcção de Informação	225	151	-	-	-	376
Administração e Finanças	134	1,190	-	119	15	1,458
Direcção de Programacao da RTTL'EP	122	184	-	-	-	306
Direcção de Apoio Tecnico da RTTL' EP	178	162	-	302	-	642
Comissão Nacional das Eleicoes	529	812	1,000	197	-	2,538
Comissão Nacional das Eleicoes	529	812	1,000	197	-	2,538
Comissão Anti Corrupção	567	773	-	309	-	1,649
Comissão de Anti-Corrupção	567	773	-	309	-	1,649
Comissão da Função Pública	298	1,070	-	138	-	1,506
Comissão da Função Publica	298	1,070	-	138	-	1,506

Anexo II B - Dotações Orçamental para 2011 (\$'000)

Fundo de Infra-estructuras

Programas	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Fundo de Infra-estructuras					317,306	317,306
Agricultura	-	-	-	-	1,819	1,819
Irrigação	-	-	-	-	1,819	1,819
Desenvolvimento Urbano e Rural	-	-	-	-	900	900
Edifícios Públicos	-	-	-	-	9,900	9,900
Educação	-	-	-	-	2,400	2,400
Escolas	-	-	-	-	2,400	2,400
Energia Electrica	-	-	-	-	166,741	166,741
Equipamento Informatico	-	-	-	-	9,400	9,400
MDG	-	-	-	-	65,000	65,000
Água e Sanitação	-	-	-	-	20,420	20,420
Habitação	-	-	-	-	44,580	44,580
Saúde	-	-	-	-	1,670	1,670
Hospitais / Clinicas	-	-	-	-	1,670	1,670
Segurança e Defesa	-	-	-	-	3,912	3,912
Solidaridade e social	-	-	-	-	1,650	1,650
Monumentos	-	-	-	-	1,650	1,650
Tasi Mane	-	-	-	-	31,100	31,100
Aeroportos	-	-	-	-	6,500	6,500
Estrados e Pontes	-	-	-	-	980	980
Petroleo e Gas	-	-	-	-	23,620	23,620
Transporte	-	-	-	-	22,813	22,813
Aeroportos	-	-	-	-	2,228	2,228
Estradas e Pontes	-	-	-	-	15,485	15,485
Portos	-	-	-	-	5,100	5,100

Annex II C - Dotações Orçamental para 2011 (\$'000)
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	25,000	-	-	-	25,000
Formação Profissional	-	4,810	-	-	-	4,810
Formação Técnica	-	3,371	-	-	-	3,371
Bolsas de Estudos	-	12,952	-	-	-	12,952
Outros Tipos de Formação	-	3,867	-	-	-	3,867

Anexo III

**Órgãos Autónomos que são parcialmente financiados por receitas próprias Dentro
Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011
(US\$'000)**

	Despesas	Receitas Próprias	Subsídio do Governo
Electricidade de Timor-Leste			
Salários e Vencimentos	1,000		
Bens e Serviços	45,488		
Capital Menor	471		
Capital de Desenvolvimento	1,200		
Total	48,159	14,500	33,659
ANATL			
Salários e Vencimentos	251		
Bens e Serviços	271		
Capital Menor	12		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	534	1,300	0
APORTIL (Incluindo Berlim-Nakrona)			
Salários e Vencimentos	87		
Bens e Serviços	163		
Capital Menor	0		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	250	3,100	0
IGE			
Salários e Vencimentos	653		
Bens e Serviços	613		
Capital Menor	52		
Capital de Desenvolvimento	0		
Total	1,318	0	1,318
Total das Agências Auto Financiadas	50,261	18,900	31,361